



**PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO**  
**Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2021**

Com respeito pelo previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 14 de Março de 2022, pelas dezoito horas, no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como objetivo analisar e emitir parecer sobre o **Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2021**.

1

Analisado e discutido o projeto de Relatório de Atividades e Contas relativo ao Exercício de 2021, a par da demais documentação e anexos que dele fazem parte, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, concluiu o Conselho Fiscal / Definitório que as dificuldades suscitadas pela Pandemia, apesar de mitigadas, continuaram presentes no desenvolvimento da atividade da Instituição.

Nesse contexto, o Conselho Fiscal / Definitório destacou a importância da manutenção das várias medidas com o propósito de controlar os efeitos da Pandemia na Instituição, destacando ainda em 2021, o impacto da vacinação de utentes e colaboradores, entre outras.

No campo económico-financeiro do Exercício de 2021, o Conselho Fiscal / Definitório verificou que os resultados obtidos no campo dos Rendimentos atingiram o montante de três milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos (3.260.672,82€), representando um crescimento, quer em relação ao Exercício anterior e quer ao Orçamento para 2021.

Se por um lado este crescimento tem ligação e suporte no regresso, gradual, da normalidade no funcionamento das várias áreas de atividade da Misericórdia, em face da redução do impacto na Pandemia, por outro, não podemos deixar de frisar que para esse crescimento contribuiu, sem dúvida alguma, a alienação de património, nos termos determinados pela Assembleia Geral.

Face ao Exercício de 2020, registou-se um crescimento de mais quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta euros (448.330,00€) assente nas mais-valias obtidas com a venda de dois artigos urbanos, num total de duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta euros (297.580,00€), a par da atualização dos Acordos de Cooperação e as designadas Vagas extra-acordo, no âmbito da Adenda ao Compromisso de Cooperação 2019-2020 e que tiveram continuidade em 2021.

Comparativamente com o Orçamento, o nível de crescimento dos rendimentos foi mais reduzido, neste caso mais cento e oitenta e sete mil, cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos (187.054,82€), e aqui a explicação radica, claramente, no impacto das mais-valias realizadas e em cima identificadas.



No caso dos Gastos, o montante final foi de três milhões, duzentos e doze mil, setecentos e vinte e seis euros e noventa e sete cêntimos (3.212.726,97€) o que significou um aumento, face ao orçamentado, de mais 4,56%, neste caso mais cento e quarenta mil, cento e dezasseis euros e noventa e sete cêntimos (140.116,97€).

Esse aumento radicou, muito concretamente, no facto de a Instituição ter optado por realizar uma provisão de cento e dez mil, cento e sessenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (110.166,35€) tendo em vista fazer face a citação da Segurança Social para pagamento de alegadas prestações resultantes da classificação de prestadores de serviço como trabalhadores por conta de outrem, situação que a Misericórdia não aceita e não reconhece.

Acresce a esse montante o valor da conta 62, Fornecimento de Serviços externos (FSE), com um aumento de trinta e dois mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos (32.742,70€), e cujo maior contributo ficou a **dever-se ao aumento de custos energéticos**, designadamente combustível, gás e eletricidade, que no seu conjunto representaram uma subida de trinta e quatro mil, cento e vinte e um euros e cinquenta e cinco cêntimos (34.121,55€), face ao que estava inicialmente estimado.

Olhando para a demonstração de resultados referente ao exercício de 2021, podemos constatar que o ano fechou com um **resultado positivo líquido de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco mil, oitenta e cinco cêntimos (47.945,85€)**.

Este valor resulta, em grande medida, do contributo das mais-valias realizadas nas operações de alienação de imóveis, conforme mandato conferido pela Assembleia Geral para esse efeito.

No entanto, **o total dos Ativos, corrente e não corrente, alcançou já o valor de doze milhões, cento e um mil, oitocentos e vinte euros e cinquenta cêntimos (12.101.820,50€)**, o que traduziu um crescimento de mais **18,37%**, face ao ano de 2020, onde os Ativos se cifraram em dez milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e nove euros e vinte cêntimos (10.223.709,20€).

Esse crescimento foi muito impulsionado pelo investimento no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, isto no campo dos Ativos Tangíveis.

Do lado do Passivo, Corrente e Não corrente, verificou-se igualmente um crescimento, atingindo em 31 de Dezembro, **o valor de cinco milhões, sessenta e sete mil, novecentos e noventa e seis euros e onze cêntimos (5.067.996,11€)**, o que representou um aumento de 56,88%, ou seja, mais um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos (1.837.449,75€).

Contudo, este **aumento de passivo radicou na componente do financiamento, com especial incidência destinado à realização de investimento (Hospital Condessa das Canas)**, representando mais um milhão, duzentos e seis mil, oitocentos e seis euros e noventa e quatro cêntimos (1.206.806,94€).

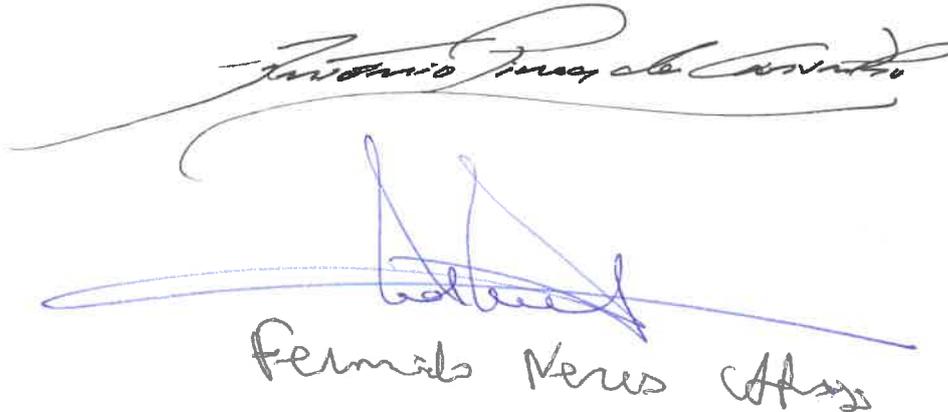
No campo dos investimentos, e descontada a saída dos imóveis alienados, registou-se um total de um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis euros e setenta e oito cêntimos (1.756.196,78€), com a predominância da empreitada de reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, inscrita na componente dos Ativos Tangíveis.

Quanto às metas previamente traçadas para o ano em análise, podemos afirmar que as mesmas foram concretizadas, nomeadamente a manutenção da operacionalidade das respostas sociais, a manutenção do investimento em curso e a manutenção do volume de emprego

Consequentemente, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2021 e anexos, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam no acompanhar e cuidar dos utentes e nos resultados obtidos.**

Arganil, 14 de Março de 2022

O Conselho Fiscal / Definitório



Fernando Nunes de Carvalho  
Fernando Nunes de Carvalho

